

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação – O Scania Banco S.A., que foi constituído em 12 de agosto de 2009 na forma de banco múltiplo, inclusive com autorização para operar carteira de Leasing, iniciou efetivamente suas atividades durante o primeiro trimestre de 2010. Segundo o propósito definido no Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, vem financiando o cliente final, produtos e serviços da marca Scania através de Operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Arrendamento mercantil, FINAME Leasing e Vendor. Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scania Banco S.A., elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas de e do Relatório dos nossos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação, aos acionistas e clientes pela confiança.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Dezembro 16	Dezembro 15	PASSIVO	Dezembro 16	Dezembro 15
ATIVO			Circulante	605.765	660.938
Circulante	853.360	927.193	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	576.230	628.687
Disponibilidades (Nota 3b e 5)	251	634	Repasses do país	576.230	628.687
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 5 e 6)	165.210	246.142	Outras obrigações	29.535	32.251
Aplicações em depósitos interfinanceiros	165.210	246.142	Coabrança e arrecadação de tributos e assemelhadas	196	316
Operações de crédito (Nota 8)	668.994	655.487	Fiscais e previdenciárias (Nota 13a)	21.045	15.456
Operações de crédito - setor privado	697.152	681.841	Dívidas subordinadas (Nota 13c)	2.278	2.305
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(28.158)	(26.354)	Diversos (Nota 13b)	6.016	14.174
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	1.735	2.243	Exigível a longo prazo	927.166	1.114.337
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	1.754	2.372	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	847.941	1.034.923
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(19)	(128)	Repasses do país	79.225	79.414
Outros créditos	15.907	20.440	Fiscais e previdenciárias (Nota 13a)	125	314
Rendas a receber	14	14	Dívidas subordinadas (Nota 13c)	79.100	79.100
Diversos (Nota 9)	15.893	20.426	Resultado dos exercícios futuros (Nota 14)	2.971	3.211
Outros valores e bens	1.263	2.247	Patrimônio líquido (Nota 15)	246.720	236.203
Outros valores e bens	1.263	2.247	Capital		
Realizável a longo prazo	923.328	1.083.985	De domiciliados no exterior	200.000	200.000
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	517	406	Reserva legal	2.663	2.138
Títulos de renda fixa	517	406	Reservas estatutárias	44.057	34.065
Operações de crédito (Nota 8)	854.561	1.042.094			
Operações de crédito - setor privado	879.671	1.061.369			
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(25.110)	(19.275)			
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	1.929	2.152			
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	1.949	2.185			
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(20)	(33)			
Outros créditos (Nota 9)	66.321	39.333			
Diversos	66.321	39.333			
Permanente	5.934	3.511			
Investimentos em controlada (Nota 10)	5.598	3.066			
Imobilizado de uso	37	64			
Intangível	299	381			
Total do ativo	1.782.622	2.014.689	Total do passivo e patrimônio líquido	1.782.622	2.014.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Scania Banco S.A. ("Banco") foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil – BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Scania Banco S.A. iniciou suas operações durante o primeiro trimestre de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINAME, FINAME Leasing, Leasing, Crédito Direto ao Consumidor e Vendor. As operações visam suportar as vendas aos clientes de produtos da marca Scania. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo Scania e os custos de estrutura operacional e administrativos são absorvidos em conjunto ou individualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 21 de Março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Têm significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e Vendor, foram reclassificadas para o grupo de "Operações de arrendamento mercantil". Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPD01 - Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09; Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 33 – Benefícios a empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, vigente a partir de 01 de janeiro de 2016.

3. Principais práticas contábeis: a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.004/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos do provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pelo Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco não possuía instrumentos financeiros derivativos. e) **Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas em operações de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações de crédito e arrendamento mercantil estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada, sendo atualizadas até o 60º dia da data. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8. f) **Outros Valores e Bens:** Bens não de uso próprio: Está representado por bens não de uso próprio da Administração, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário. g) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma provisão ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. h) **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. i) **Outros Créditos – Diversos:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de realização, quando aplicável. j) **Obrigações por empréstimos e repasses e dívida subordinada:** As operações estão registradas por seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. k) **Outras obrigações – Diversas:** Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. l) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada pela alíquota de 20% (2015 - 15%), conforme Lei nº 13.186, de 06 de outubro de 2015, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2016, para instituições financeiras seguradoras e administradoras de carteira de crédito. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas partes foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. m) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo às seguintes diretrizes: **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como possível risco de perda não requerem constituição de provisão, mas requerem divulgação e as classificadas como risco remoto não requerem provisão ou divulgação. n) **Resultado de Exercícios Futuros:** Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo de entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratada (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

4. Gerenciamento de riscos: A gestão de riscos do Banco é feita de forma a cumprir com as segregações definidas as regras do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Está contemplados os seguintes riscos: **Risco de crédito:** Exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco segue as melhores práticas da Matriz e tem por objetivo a segurança, liquidez e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito. **Risco operacional:** É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tomar impróprio o exercício das atividades do Scania Banco, resultando em perdas inesperadas. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual do Banco e para efeito de capital regulamento, o Banco utiliza

a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. **Risco de mercado:** Através de metodologias consistentes com a realidade atual do Banco, o risco de mercado é gerenciado com transparência e elevado grau de confiança, sendo que nossas operações substancialmente consideradas como banking book. **Risco de Liquidez:** É gerenciado por meio de estruturas, procedimentos e relatórios padronizados que visam garantir a capacidade de pagamento do banco, considerando planejamento financeiro, limites de riscos e otimização de recursos disponíveis, permitindo uma tomada de decisão com grande agilidade e alto grau de confiança. **Gerenciamento de Capital:** De acordo com os padrões globais de gestão de capital e as normas do Banco Central do Brasil, o Scania Banco S.A. considera as 4 categorias de risco (Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional) ao monitorar e manter o capital mínimo. Além disso, consideramos o seguinte na revisão do nível de capital: (i) alterações no capital no tempo e montante de operações bancárias e as flutuações do índice de capital total; (ii) custo ao captar caixa em curto prazo; (iii) sempre manter o nível de capital mínimo conforme exigido pelo Banco Central; e (iv) alterações no ambiente econômico que poderiam afetar o Banco ou clientes específicos. Em atendimento às Circulares 3.678 e 3.716 do BACEN, a estrutura e as metodologias aplicadas à Gestão de Risco do Scania Banco encontram-se disponíveis para acesso público no website do Banco: <http://www.scania.com.br/solucoes-financeiras/scania-banco/>, que não faz parte das demonstrações financeiras. O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma individual tomando-se como base os dados do Scania Banco S.A. Em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 31 de dezembro de 2016, o índice é de 15,99% (15,11% em 31 de dezembro de 2015) conforme apresentado abaixo:

Índice da Basileia III – Dezembro de 2016

Patrimônio de Referência (PR)	332.484
PR Mínimo Requerido para RWA	205.384
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	127.080
IB - Índice da Basileia	15,99%
Valor Correspondente ao RBAN	2.651
Margem sobre o PR considerando o RBAN	124.429

5. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Dezembro 16	Dezembro 15
Caixa e saldos em bancos-moeda nacional	251	634
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	165.210	246.142
Caixa e equivalentes de caixa	165.461	246.776

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) **Aplicações em depósitos interfinanceiros**

	Dezembro 16	Dezembro 15
Vencimento até 90 dias	165.210	246.142
Total	165.210	246.142

7. Títulos e valores mobiliários: a) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as operações com títulos e valores mobiliários estão compostas como demonstrado a seguir:

	Dezembro 16	Dezembro 15
Custo	517	406
Valor de mercado	517	406

Títulos Mantidos até o vencimento (a)

	Dezembro 16	Dezembro 15
Carteira própria - livres	517	406

(a) As cotas do fundo de investimento FGI - Fundo Garantidor de Investimentos) são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota disponibilizada pelo BNDES.

8. Operações de crédito e arrendamento mercantil: Em 31 de dezembro 2016 e 2015, as operações de crédito e arrendamento mercantil estão compostas como segue:

	Dezembro 16	Dezembro 15
Financiamentos	1.576.823	1.743.210
Arrendamento mercantil	3.703	4.567
Total	1.580.526	1.747.767

a) **Composição da carteira por nível de risco**

	Dezembro 16	Nível de provisão %	Valor da provisão
Nível	A vencer	Vencido	Total
AA	60.974	3.505	64.479
A	405.341	93.272	498.613
B	841.382	93.272	934.654
C	38.921	60.227	99.148
D	1.555	25.529	27.084
E	-	16.524	16.524
F	-	3.380	3.380
G	-	1.431	1.431
H	1.185	27.400	28.585
Total	1.349.258	231.268	1.580.526

b) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	2º Semestre	Exercício	
2016	2016	2015	
Saldo início do semestre / exercício	46.682	45.791	54.574
Constituições/(Reversões)	24.272	42.483	26.651
Bayes/Prejuízo	(17.647)	(34.967)	(35.534)
Saldo no final do semestre / exercício	53.307	53.307	45.791

	Dezembro 16	Dezembro 15
Indústria	63.286	48.803
Comércio	303.383	408.239
Serviços	1.192.227	1.260.753
Pessoas físicas	21.630	29.972
Total	1.580.526	1.747.767

Vencidas a partir de 15 dias

	Dezembro 16	Dezembro 15
Até 3 meses	211.169	21.994
De 3 meses a 1 ano	215.143	189.493
De 1 ano a 3 anos	462.593	472.726
De 3 anos a 5 anos	700.161	838.290
De 5 anos a 15 anos	162.800	211.918
Total	9.660	13.346
Total	1.580.526	1.747.767

e) Operações renegociadas: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 21.801 e R\$ 17.958, respectivamente.

f) Recuperação de créditos baixados para prejuízo: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram recuperados créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 20.233 e R\$ 17.52, respectivamente, e estão registrados em outras receitas operacionais.

9. Outros créditos – Diversos

	Dezembro 16	Dezembro 15
Impostos a compensar	6.274	6.122
Créditos tributários (nota 20b)	65.964	53.152
Valores a liquidar carteira (D+1)	9.803	225
Devedores por depósitos em garantia	75	177
Outros	98	83
Total	82.214	59.759
Curto prazo	15.883	20.426
Longo prazo	66.321	39.333

10. Investimentos em controladas

Saldo das transações

	Dezembro 16	Dezembro 15
Saldo do investimento no início do período	3.066	2.881
Ativo em 31 de dezembro de 2016 e 2015	6.012	3.231
Passivo em 31 de dezembro de 2016 e 2015	414	165
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015	5.598	3.066
Lucro líquido no exercício	2.532	2.884
Dividendos pagos	-	(2.500)
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Valor do investimento baseado na equivalência	5.598	3.066

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, apresentando estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

5. Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Segundo semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	76.147	151.048	150.864
Operações de crédito	61.280	118.170	114.428
Operações de arrendamento mercantil	1.255	3.756	4.459
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	13.612	29.122	31.977
Despesas da intermediação financeira	(61.230)	(114.196)	(96.876)
Operações de captação no mercado	(5.941)	(11.745)	(11.055)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(29.854)	(56.247)	(55.345)
Operações de arrendamento mercantil	(1.163)	(3.721)	(3.825)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(24.27		